

PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO CUIDADO ÀS POPULAÇÕES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

Determinantes sociais da saúde; Equidade; Integralidade

Introdução

A equidade constitui um dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS) e pressupõe o reconhecimento das desigualdades estruturais que incidem sobre grupos historicamente vulnerabilizados, como as populações do campo, das florestas e das águas. Nesses territórios, a articulação entre determinantes sociais, econômicos, culturais e ambientais configura-se como elemento central na produção das iniquidades em saúde, impactando diretamente no acesso e na continuidade do cuidado nos serviços de saúde, assistência social e demais políticas públicas. Diante desse cenário, a identificação e análise dos determinantes sociais da saúde mostram-se fundamentais para orientar práticas de cuidado mais inclusivas, resolutivas e territorialmente situadas, contribuindo para o enfrentamento das iniquidades em saúde. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma a identificação desses determinantes pode subsidiar estratégias de cuidado voltadas à promoção da equidade nesses territórios.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência decorrente do Estágio Optativo "Promoção da Equidade em Saúde: Populações do Campo, das Florestas e das Águas", realizado em setembro de 2025, em um município do estado do Amapá, por uma residente do Programa Estadual de Residência Multiprofissional em Saúde da Família. A atividade foi conduzida pelo Hospital Sírío-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), em parceria com o Ministério da Saúde. A experiência ocorreu no contexto da Atenção Primária à Saúde, em uma Reserva Extrativista do Rio Cajari, utilizando o processo de territorialização, observações in loco, registros em diário de campo e análise das condições sociais e ambientais do território. As avaliações foram registradas em diário de campo e sistematizadas em diagnóstico territorial apresentado ao final do estágio. A análise foi orientada pelo referencial dos Determinantes Sociais da Saúde, conforme proposto pela Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Também foram incorporados os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente a integralidade, a equidade e a organização do cuidado, bem como as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), que reconhece as especificidades desses grupos. (CNDSS, 2008; BRASIL, 2017; BRASIL, 2014).

Resultados / Discussão

A territorialização evidenciou vulnerabilidades e vulnerações relacionadas à precariedade habitacional, saneamento básico, insegurança hídrica, dificuldades de transporte e barreiras de acesso às políticas públicas. Observou-se também predominância do trabalho informal, instabilidade de renda e dependência de benefícios sociais. Dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) reforçam esse cenário, indicando que 43,4% da população possuía rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, evidenciando um contexto de vulnerabilidade socioeconômica que influenciam negativamente nas condições de vida da população. As análises territoriais, associadas a esses indicadores socioeconômicos subsidiaram o planejamento e a execução de ações educativas sobre direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, realizadas por meio de orientações acessíveis e materiais informativos. Foram também realizados encaminhamentos aos serviços de saúde e assistência social para acompanhamento das demandas e fortalecimento do acesso às políticas públicas. Como limitações, destacam-se o curto período da experiência e a ausência de acompanhamento longitudinal das ações desenvolvidas.

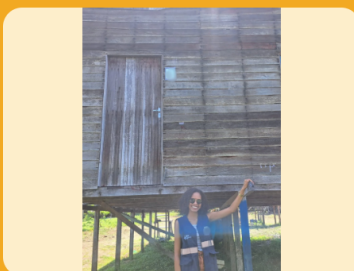
Considerações Finais

A experiência revelou que a territorialização constitui uma estratégia fundamental para identificar os determinantes sociais da saúde e compreender as iniquidades que afetam as populações do campo, das florestas e das águas. O reconhecimento das vulnerabilidades presentes no território subsidiou o planejamento de ações de promoção da saúde, educação em direitos e articulação com a rede de serviços, favorecendo o envolvimento intersetorial e a integralidade do cuidado. Reforça-se a importância de práticas orientadas pelos princípios da equidade e da integralidade, valorizando o reconhecimento do território como elemento essencial para qualificar o cuidado e combater as desigualdades no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Imagens Anexas



Transporte fluvial



Moradias em palafitas



Territorialização

Referência Bibliográfica

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil: relatório final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.311/2014. Altera a PNSIPCF. Brasília: MS, 2014.